



Carlos Silva

02 de Janeiro de 2017 às 17:15

Aprofundar a mudança. Valorizar a concertação social

A abertura ao diálogo social que o Governo revelou neste final de 2016 terá, em 2017, de se estender a outros níveis. Um diálogo que se traduza em respostas concretas para sectores como o financeiro, o dos transportes e a administração pública.

39



4

Guardado

Após a mudança gradual de políticas que se verificou ao longo de 2016, a UGT espera que o próximo ano continue a ser o do aprofundamento de um caminho que, sem esquecer as necessidades de consolidação orçamental e de cumprimento dos compromissos internacionais, tenha como prioridades a promoção do crescimento, a criação de emprego de qualidade, o combate ao desemprego e a implementação de políticas sociais que enfrentem os problemas sérios com que o País ainda se debate após um violento período de ajustamento.

Temos presente que os constrangimentos existentes e o clima de instabilidade internacional obstaram muitas vezes à assunção de medidas mais profundas ou com uma maior celeridade e condicionaram o diálogo social, incluindo em áreas que consideramos centrais.

2016 termina porém com uma tônica extremamente positiva.

A UGT conseguiu um importante compromisso em sede de concertação social, que garantiu que os trabalhadores iniciarão 2017 com um novo salário mínimo de 557€ e que este crescerá nos anos seguintes.

Mais, conseguimos colocar a negociação coletiva e a precariedade laboral na agenda imediata da concertação social.

A UGT espera que este final de 2016 – que deixou um importante sinal, interno e externo, quanto à real capacidade dos parceiros sociais - se traduza em 2017 numa ainda maior valorização da concertação social, a qual, porventura mais do que nunca, terá de ser reconhecida como sede da construção de uma estratégia de desenvolvimento económico e social do País.

Uma estratégia que deve passar pelo reforço do investimento público e privado, central para garantir o

crescimento económico e a intervenção efetiva sobre fatores estruturantes para Portugal como são a qualificação das pessoas, a inovação e a promoção da coesão social e territorial.

Uma estratégia que, sem esquecer matérias tradicionais como a melhoria dos rendimentos, o combate ao desemprego e o alargamento da proteção social, avance naquela sede para uma discussão com uma maior transversalidade de áreas menos exploradas, como a justiça fiscal.

A abertura ao diálogo social que o Governo revelou neste final de 2016 terá, em 2017, de se estender a outros níveis. Um diálogo que se traduza em respostas concretas para sectores como o financeiro, o dos transportes e a administração pública.

A abertura ao diálogo social que o Governo revelou neste final de 2016 terá, em 2017, de se estender a outros níveis. Um diálogo que se traduza em respostas concretas – construídas por via de uma negociação efetiva com os sindicatos - para sectores que são estruturantes para o País e em que o Estado, direta ou indiretamente, tem particulares responsabilidades, como a administração pública, o sector financeiro ou os transportes.

Devemos ainda dar realce, porque se tratam de um momento marcante da nossa vida democrática, às eleições autárquicas de 2017, lembrando aqui a relevância que a administração local assume para a realização de uma sociedade mais coesa e para o desenvolvimento de políticas de proximidade. É um momento que os cidadãos deverão valorizar com o seu voto.

Por fim, para a UGT, 2017 será sempre indissociável da realização do seu XIII Congresso, que terá lugar no Porto a 25 e 26 de Março.

Será um Congresso que, sendo marcado pela recandidatura do atual Secretário Geral, trará decerto – como qualquer Congresso - mudanças no seio da Central.

No entanto, será indubitavelmente mais um momento de reafirmação daquela que é a matriz fundacional da UGT, podendo os trabalhadores e trabalhadoras estar certos de que a UGT continuará – em 2017 e nos anos vindouros - na linha da frente da defesa dos seus direitos, das suas liberdades e dos compromissos que contribuam para um Portugal em que o progresso, a justiça e coesão social sejam uma realidade.